

# Prevenção e Promoção de Saúde 9



Benedito Rodrigues da Silva Neto  
(Organizador)

# Prevenção e Promoção de Saúde 9



Benedito Rodrigues da Silva Neto  
(Organizador)

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P944	Prevenção e promoção de saúde 9 [recurso eletrônico] / Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Prevenção e promoção de saúde; v. 9)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-841-0 DOI 10.22533/at.ed.410191812  1. Política de saúde. 2. Saúde pública. I. Silva Neto, Benedito Rodrigues da. II. Série.  CDD 362.1
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A coleção “Prevenção e Promoção de Saúde” é uma obra composta de onze volumes que apresenta de forma multidisciplinar artigos e trabalhos desenvolvidos em todo o território nacional estruturados de forma a oferecer ao leitor conhecimentos nos diversos campos da prevenção como educação, epidemiologia e novas tecnologias, assim como no aspecto da promoção à saúde girando em torno da saúde física e mental, das pesquisas básicas e das áreas fundamentais da promoções tais como a medicina, enfermagem dentre outras.

Neste volume congregamos trabalhos e estudos sob o âmbito da infectologia, especialidade que se ocupa em estudar as doenças causadas por diversos patógenos como vírus, bactérias, protozoários, fungos e animais. Nos dias atuais o profissional da saúde no contexto da infectologia precisa entender o paciente dentro de sua inserção social e epidemiológica, compreendendo a doença como um todo. Para isso é necessário estudar a complexa relação parasita-hospedeiro, mecanismos de inflamação, sepse, resistência microbiana, uso adequado de medicamentos e seus eventos adversos. Assim este volume ao trabalhar esses conceitos oferecerá ao leitor embasamento teórico e científico para fundamentar seus conhecimentos na área.

Deste modo, a coleção “Prevenção e Promoção de Saúde” apresenta uma teoria bem fundamentada seja nas revisões, estudos de caso ou nos resultados práticos obtidos pelos pesquisadores, técnicos, docentes e discentes que desenvolveram seus trabalhos aqui apresentados. Ressaltamos mais uma vez o quão importante é a divulgação científica para o avanço da educação, e a Atena Editora torna esse processo acessível oferecendo uma plataforma consolidada e confiável para que diversos pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Benedito Rodrigues da Silva Neto

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS PACIENTES PORTADORES DE HEPATITE C NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA/RS	
Mariana Balhego Rocha	
Mariana Ilha Ziolkowski	
Raqueli Altamiranda Bittencourt	
Luciane Dias Quintana	
Cláudio Oltramari Conte	
Natalia Bidinotto Zanini	
Sandro Alex Evaldt	
Eduardo André Bender	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4101918121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>5</b>
ESTRUTURAÇÃO DE UM SERVIÇO DE CONTROLE DE INFECÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO HOSPITALAR	
Daiane Cristina Prestes	
Cíntia Cristina Oliveski	
Geovana Oliveira Anschau	
Joise Wottrich	
Graziele de Almeida Oliveira Lizzott	
Neiva Claudete Brondani Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4101918122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>16</b>
ESTUDO SOBRE MICOSES SUPERFICIAIS EM ALUNOS DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (UNAMA) BELEM/PA, 2018	
Lucas Michel Campos Magaieski	
Laryssa Rochelle da Silva Moreira	
Dirceu Costa dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4101918123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>24</b>
FATORES ASSOCIADOS À OCORRÊNCIA DE PARASITÓSES INTESTINAIS EM CRIANÇAS DE UMA CRECHE DO MARANHÃO	
Suélly Mayara Rodrigues da Fonseca	
Anderson Araújo Corrêa	
Gizelia Araújo Cunha	
Adriana Torres dos Santos	
Dheymi Wilma Ramos Silva	
Francisca Natália Alves Pinheiro	
Otoniel Damasceno Sousa	
Jairina Nunes Chaves	
Nathallya Castro Monteiro Alves	
Rayana Gonçalves de Brito	
Ana Carolina Rodrigues da Silva	
Shayenne de Amorim Teles	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4101918124</b>	

**CAPÍTULO 5 ..... 37**

GESTANTES PORTADORAS DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA (HIV): PREVENÇÃO, TRANSMISSÃO VERTICAL E TRATAMENTO

Erivan de Souza Oliveira  
Marcela Feitosa Matos  
Thayná Ribeiro de Almeida  
Daniela Vasconcelos de Azevedo

**DOI 10.22533/at.ed.4101918125**

**CAPÍTULO 6 ..... 43**

HIV: A IMPORTÂNCIA DA TERAPIA ANTIRRETROVIRAL

Lenara Pereira Mota  
Layla Neice Rocha Campos  
Izabella Cardoso Lima  
José de Siqueira Amorim Júnior  
João Marcos Carvalho Silva  
Francisco Josivandro Chaves de Oliveira  
Nadia Maia Pereira  
Rafael Everton Assunção Ribeiro da Costa  
Mayane de Sousa Camarço da Silva  
Valéria Moura de Carvalho  
Jenifer Aragão Costa  
Bruno Guilherme da Silva Lima  
João Pedro da Silva Franco  
Amanda Nyanne Evangelista Barbosa  
André dos Santos Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.4101918126**

**CAPÍTULO 7 ..... 50**

INFECÇÃO PELO VÍRUS DA HEPATITE E

Vivianne de Oliveira Landgraf de Castro  
Sabrina Moreira dos Santos Weis-Torres  
Ana Rita Coimbra Motta-Castro

**DOI 10.22533/at.ed.4101918127**

**CAPÍTULO 8 ..... 80**

PARASITAS INTESTINAIS E O DESEMPENHO ESCOLAR DE ALUNOS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM TERESINA, PIAUÍ

Karine Gabrielle Alves Sobrinho  
Camila de Carvalho Chaves  
Adayane Vieira Silva  
Jossuely Rocha Mendes  
Vanessa Gomes de Moura  
Maria Aparecida Rocha Vitória Guimarães  
Manoel de Jesus Marques da Silva  
Rômulo Oliveira Barros  
Marcelo Cardoso da Silva Ventura  
Elaine Ferreira do Nascimento  
Jurecir da Silva  
Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda

**DOI 10.22533/at.ed.4101918128**

**CAPÍTULO 9 ..... 92**

PERFIL DE PACIENTES ATENDIDOS COMO CASOS SUSPEITOS DE SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE, SARAMPO E COQUELUCHE

Jéssica Emanuela Mendes Morato  
Isabô Ângelo Beserra  
Maria Isabelle Barbosa da Silva Brito  
Betyna Manso Costa  
Amanda Stepple de Aquino  
Maria Eduarda Rufino Ribeiro  
Isabel Cristina Ramos Vieira Santos  
Maria Beatriz Araújo Silva

**DOI 10.22533/at.ed.4101918129**

**CAPÍTULO 10 ..... 101**

PERFIL MICROBIOLÓGICO DE HEMOCULTURAS DE PACIENTES ATENDIDOS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ

Lívia Cristina Macedo  
Mirian Nicea Zarpellon  
Bruno Buranello Costa  
Daniela Dambroso Altafini  
Cecília Saori Mitsugui  
Nathalie Kira Tamura  
Elizabeth Eyko Aoki  
Rafael Renato Brondani Moreira  
Vera Lucia Dias Siqueira  
Katiany Rizzieri Caleffi-Ferracioli  
Rosilene Fressatti Cardoso  
Regiane Bertin de Lima Scodro

**DOI 10.22533/at.ed.41019181210**

**CAPÍTULO 11 ..... 113**

RELATO DE CASO: SÍNDROME DE LENNOX-GASTAUT EM ASSOCIAÇÃO À PNEUMONIAS

Igor Gonçalves Sant'Ana  
Giulia Alves Sorrentino  
Kaio Lucas Pereira Neves Barbosa  
Paola Cristina de Oliveira Borba  
Hanna Shantala Pontes  
Patrícia Reis de Mello Freitas  
Kamilla Azevedo Bosi  
Kamyla Cristina Del Piero Almeida  
Juliano Monteiro de Rezende  
Jéssica Moreto Bidóia  
Franklin Moro Teixeira

**DOI 10.22533/at.ed.41019181211**

**CAPÍTULO 12 ..... 118**

ROTINA DE ATENDIMENTO E CONTENÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE MICROORGANISMOS MULTIRRESISTENTES: EXPERIÊNCIA EXITOSA NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E INTERNAÇÃO DOMICILIAR - CASCAVEL/PR

Terezinha Aparecida Campos  
Vanessa Rossetto  
Aline Ferreira Leite Revers  
Francieli Wilhelms Rockenbach  
Silvana Machiavelli  
Sirlei Severino Cezar  
Rosimeire Baloneker

**DOI 10.22533/at.ed.41019181212**

**CAPÍTULO 13 ..... 124**

**SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES NAS PRISÕES BRASILEIRAS**

Ana Celi Silva Torres Nascimento  
Vallesca Ihasmim Oliveira Chaves  
Marcos Paulo Oliveira Lopes  
Aisiane Cedraz Morais  
Sinara de Lima Souza  
Rosely Cabral de Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.41019181213**

**CAPÍTULO 14 ..... 137**

**SENTIMENTOS DE MÃES COM HIV FRENTE A NÃO AMAMENTAÇÃO**

Ellizama Belem de Sousa Mesquita  
Natália Maria Freitas e S. Maia  
Elliady Belem de Sousa Mesquita  
Edson Belem de Sousa Mesquita  
Elanea Brito dos Santos  
Michelly Gomes da Silva  
Marcos Vinicius de Sousa Fonseca  
Larissa Bezerra Maciel Pereira  
Avilnete Belem de Souza Mesquita  
Artur Flamengo dos Santos Oliveira  
Carla Adriana Rodrigues de Sousa Brito

**DOI 10.22533/at.ed.41019181214**

**CAPÍTULO 15 ..... 151**

**SÍFILIS CONGÊNITA: OS DESFECHOS DA TRANSMISSÃO VERTICAL E SEU IMPACTO NA SAÚDE MATERNO – INFANTIL**

Lara Helen Sales de Sousa  
Karla Bruna Sales Cunha Braga  
José Edineudo do Lírio Braga  
Bruna Caroline Rodrigues Tamboril  
Luis Adriano Freitas Oliveira  
Pâmela Campêlo Paiva  
Lilian Nágila de Moura Timóteo  
Lucas Evaldo Marinho da Silva  
Rafaela Chemello Pankov  
Janaina dos Santos Silva  
Maria Andreza Sousa Sales  
Kelvia Carneiro Pinheiro Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.41019181215**

**CAPÍTULO 16 ..... 163**

**SÍNDROME CONGÊNITA POR ZIKA VÍRUS: DIAGNÓSTICO E QUADRO CLÍNICO**

Anna Karolyne Pontes de França  
Caroline Rodrigues de Carvalho  
Larissa Rodrigues Vieira Barbosa  
Thays Regina Louzada Cunha Oaks  
Daniela Vasconcelos Azevedo

**DOI 10.22533/at.ed.41019181216**

**CAPÍTULO 17 ..... 168**

**SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA EM IDOSOS NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA**

Dharah Puck Cordeiro Ferreira Bispo

Renata Laíse de Moura Barros  
Maria Eduarda Morais Lins  
Fabyano Palheta Costa

**DOI 10.22533/at.ed.41019181217**

**CAPÍTULO 18 ..... 174**

**UTILIZAÇÃO DA VACINA HPV POR PACIENTES SOROPOSITIVOS**

Geórgia Freitas Rolim Martins  
Ana Elisa Menezes Rodrigues  
Rodrigo da Silva Albuquerque  
Angélica Xavier da Silva  
George Bartolomeu Rolim Martins Júnior  
Jacqueline de Araújo Gomes  
Marília Graziela Guerra Coitinho  
Alanna Falcão Pinheiro da Silva  
Ághata Monike Paula da Silva Lins  
Priscila Cardoso de Santana  
Ingrid Ellen Pereira Bastos  
Viviane Lemos Gonçalves Leão

**DOI 10.22533/at.ed.41019181218**

**CAPÍTULO 19 ..... 181**

**AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE SUCOS VENDIDOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ CAMPUS ITAPERI**

João Mário Pompeu de Sousa Brasil  
Ana Livia de Araújo Pessoa  
Beatriz Lima Arnaud  
Brenda Fontenele Araújo  
Cassia Lopes Guerreiro  
Derlange Belizário Diniz  
Lizandra da Silva Pinto  
Maria Karoline Leite Andrade

**DOI 10.22533/at.ed.41019181219**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 188**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 189**

## SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES NAS PRISÕES BRASILEIRAS

### Ana Celi Silva Torres Nascimento

Enfermeira, Mestranda do Mestrado Profissional em Enfermagem pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)/BA. Bacharel em Enfermagem. Especialista em Enfermagem Neonatal e Obstetrícia. Feira de Santana (BA), Brasil.

### Vallesca Ihasmim Oliveira Chaves

Enfermeira, Mestranda do Mestrado Profissional em Enfermagem pela UEFS. Bacharel em Enfermagem. Especialista em Enfermagem em Cardiologia e Hemodinâmica. Feira de Santana (BA), Brasil.

### Marcos Paulo Oliveira Lopes

Enfermeiro, Mestrando do Mestrado Profissional em Enfermagem pela UEFS. Bacharel em Enfermagem. Especialista em Saúde Mental – UFS. Feira de Santana (BA), Brasil.

### Aisiane Cedraz Morais

Enfermeira, Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Adjunta da UEFS, Departamento de Saúde. Feira de Santana (BA), Brasil.

### Sinara de Lima Souza

Enfermeira, Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular da UEFS, Departamento de Saúde. Feira de Santana (BA), Brasil.

### Rosely Cabral de Carvalho

Enfermeira, Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular da UEFS, Departamento de Saúde. Feira de Santana (BA), Brasil.

**RESUMO:** O principal objetivo do sistema prisional é de viabilizar as condições as pessoas que foram privadas de liberdade, consigam posteriormente conviver socialmente; entretanto, o Sistema Penitenciário brasileiro aponta para uma série de violações no campo de direitos humanos. **Objetivo:** descrever como é vivenciada a saúde sexual e reprodutiva das mulheres privadas de liberdade no contexto prisional brasileiro por meio das publicações nos últimos cinco (5) anos. **Método:** trata-se de estudo bibliográfico, tipo revisão integrativa, realizado nas bases de dados contidas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e na National Library of Medicine (Pubmed) nos meses de março a dezembro de 2018; utilizando os descritores “Prisões”, “Saúde Sexual e Reprodutiva” e “Mulheres” a boleano “and”. **Resultados:** O estudo identificou nove (09) artigos originais publicados que trataram da saúde sexual e reprodutiva das mulheres em prisões. **Conclusão:** A execução dos direitos sexuais e reprodutivos tem sido um desafio para as mulheres encarceradas, sendo necessária a criação de políticas públicas efetivas e a realização de ações preventivas e de promoção à saúde que visem transformar a realidade desta população, a fim de promover autonomia e mudanças de comportamento das mulheres

privadas de liberdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde sexual; Saúde Reprodutiva; Mulheres; Prisões.

**ABSTRACT:** The main objective of the prison system is to make conditions that people who have been deprived of their liberty can later socialize with; however, the Brazilian Penitentiary System points to a series of violations in the field of human rights. Objective: To describe how sexual and reproductive health is experienced by women deprived of their liberty in the Brazilian prison context through publications in the last five (5) years. Method: This is a bibliographic study, integrative review type, conducted in the databases contained in the Virtual Health Library (BVS) and the National Library of Medicine (Pubmed) from March to December 2018; using the descriptors “Prisons”, “Sexual and Reproductive Health” and “Women” in Boolean “and”. Results: The study identified nine (09) original published articles that addressed the sexual and reproductive health of women in prisons. Conclusion: The implementation of sexual and reproductive rights has been a challenge for incarcerated women, and it is necessary to create effective public policies and preventive and health promotion actions that aim to transform the reality of this population, in order to promote autonomy. and behavioral changes of women deprived of liberty.

**KEYWORDS:** Sexual health; Reproductive health; Women; Prisons.

## INTRODUÇÃO

O sistema prisional teve sua origem no final do século XVIII e princípio do século XIX, com o objetivo de castigar e punir em público os indivíduos que ameaçavam a Monarquia. A partir disso, houve a criação de uma legislação para definir o poder de punição como uma função para toda a população, surgindo o confinamento nas instituições, fundamentado na privação de liberdade (VALENTE; HADLER; COSTA, 2012).

Segundo Bastos (2019) a origem das prisões femininas está vinculada ao discurso religioso e moral nas formas de aprisionamento feminino, onde foram criados estabelecimentos prisionais destinados para mulheres, e essas prisões eram relacionadas à prostituição, desocupação e embriaguez. Cria-se, então, um sistema onde se buscava a “domesticação” da mulher e a vigilância da sua sexualidade.

O principal objetivo do sistema prisional é de viabilizar as condições para que, ao retornar à liberdade, as pessoas que foram privadas de liberdade, consigam conviver socialmente, tenham acesso a emprego digno e moradia, preservando a dignidade do ser humano. Contudo, atualmente o Sistema Penitenciário brasileiro, aponta para uma série de violações no campo de direitos humanos, onde a prisão não tem conseguido desempenhar essa função de reintegrar a pessoa encarcerada

para a sociedade (SANTOS et al, 2017).

Para Rodrigues et al (2012) a condição atual do Sistema Penitenciário brasileiro é de celas superlotadas e insalubres, alimentação inadequada, não proporcionam adequadamente material de uso individual e coletivo que favoreçam a higiene, não disponibilizam na maioria das vezes trabalho intramuros, gerando o sedentarismo nos presos e o uso excessivo de drogas. Além dos presidiários ficarem expostos às precárias condições de confinamento, existe a dificuldade de acesso das pessoas presas à saúde integral e efetiva, representando assim, um importante problema quando tratada no âmbito da saúde pública (Almeida et al, 2015).

A população prisional é crescente no mundo e nacionalmente, e a feminina vem apresentando um aumento significativo nos últimos anos, onde representa uma média de 7% da população total de pessoas privadas de liberdade (BRASIL, 2014a). Estudo realizado por Bispo et al (2015) vêm identificando que a maioria das mulheres carcerárias são jovens entre 20 a 24 anos, negras, de baixa escolaridade e nível socioeconômico, desempregada, solteira ou separada, com história de prostituição. A maior população feminina encarcerada encontra-se em fase reprodutiva, onde cada vez mais as gestantes e puérperas estão presentes na realidade carcerária brasileira. Tais características resultam na configuração de uma população ativamente vulnerável.

Quanto ao motivo de reclusão, são acusadas na grande maioria das penitenciárias femininas brasileiras por envolvimento ao tráfico de drogas (OLIVEIRA; MIRANDA; COSTA, 2015). Porém, em um estudo realizado no Conjunto Penal Feminino em Salvador-Ba, a grande maioria foi acusada de roubo ou furto, divergindo de outros estudos realizados no Brasil (BISPO et al, 2015).

Independente do delito cometido é garantido pela Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, o direito à saúde das pessoas reclusas em penitenciárias, ressaltando ainda a atenção à mulher no período pré-natal e do puerpério, como o direito a visita do cônjuge em dia combinado, acesso ao planejamento familiar e aos métodos contraceptivos e o aprisionamento em unidades prisionais separadas por sexo (BRASIL, 2004; BRASIL, 2009).

Em resposta às grandes problemáticas ainda vivenciadas no Sistema Prisional brasileiro, como o descaso com a saúde destas pessoas, entrou em vigor em 2003 a Portaria Interministerial (Ministério da Justiça e Ministério da Saúde) nº 1.777, que instituiu o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), fundamentado nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). A PNSSP contempla a população carcerária julgada e condenada, em regime fechado ou semiaberto. Na tentativa de minimizar a vulnerabilidade da população carcerária em relação à saúde (BISPO et al, 2015).

No início de 2014, foi lançada a Portaria Interministerial nº 1, que instituiu a

implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), onde o Ministério da Saúde (MS) passou a assegurar a inclusão da população encarcerada no SUS. Esta diretriz estabelece uma atenção à saúde integral resolutive, contínua e de qualidade, com a valorização de ações preventivas, e manutenção dos serviços assistências (ALMEITA et al, 2015; BRASIL, 2014b).

Na instância Federal existe uma Portaria (nº 718) que regulamenta a visita íntima, que deve ocorrer no mínimo duas vezes por mês, porém cada instituição estadual e/ou municipal determinam seus próprios critérios para a liberação da visita íntima, podendo comprometer esse direito humano (BRASIL, 2017). Então, mesmo presente na LEP à garantia do direito da visita íntima, ela pode ser suspensa ou restringida, mediada por ato motivado do diretor do presídio como medida disciplinar de forma a punir por alguma falta cometida pelo presidiário (BRASIL, 2009).

Diante desta problemática vivida por mulheres privadas de liberdade no Brasil, surge a seguinte questão norteadora: Como se configura a experiência da saúde sexual e reprodutiva das mulheres privadas de liberdade no território brasileiro?

O presente estudo teve como objetivo: Descrever como é vivenciada a saúde sexual e reprodutiva das mulheres privadas de liberdade no contexto prisional brasileiro nos últimos cinco (5) anos.

## MÉTODO

O presente estudo trata-se de estudo bibliográfico, tipo revisão integrativa sobre a saúde sexual e reprodutiva das mulheres privadas de liberdade nos nas publicações dos últimos cinco (05) anos. Tal método de pesquisa envolve a síntese de estudos já publicados, permitindo construir a análise da literatura científica, abordando ainda, discussões sobre métodos e resultados apresentados pelas publicações (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O estudo foi dividido em seis (6) etapas. A primeira etapa foi feita a identificação do tema e a seleção da questão da pesquisa para a elaboração da revisão integrativa. Em seguida, consistiu na busca eletrônica nas bases de dados a partir de ferramentas de busca avançada, que permitiram a combinação dos descritores como também a aplicação de alguns limites de busca definidos previamente.

As bases de dados utilizadas foram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a National Library of Medicine (Pubmed) nos meses de março a dezembro de 2018. Na segunda etapa foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão do estudo. Foram incluídos no estudo: artigos de pesquisa originais, artigos completos disponíveis; idioma português, espanhol ou inglês; publicados entre 2013 a 2018, e aqueles que contribuíssem para a temática relativa aos aspectos relacionados

à condição de saúde sexual e reprodutiva de mulheres encarceradas. Os critérios de exclusão foram: revisão integrativa, relatos de experiência, editoriais, relatórios e comentários. Os artigos em duplicata nas bases selecionadas foram delimitados para que não houvesse margem para confundimento no quantitativo de publicações encontradas. Os descritores utilizados foram selecionados mediante consulta ao Medical Subject Headings (MeSH), e ao Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Os descritores utilizados para a busca na base de dados BVS corresponderam a: “Prisões”, “Saúde Sexual e Reprodutiva” e “Mulheres”. Na Pubmed foram utilizados os descritores: “Sexual and Reproductive health”, “Women”, e “Prisons”.

Na terceira etapa foram definidas as informações que seriam extraídas dos estudos selecionados. Na quarta etapa, foi feita a avaliação detalhada dos estudos incluídos na revisão integrativa, sendo equivalente à análise dos dados em uma pesquisa convencional. Na quinta etapa foi à interpretação dos resultados, sendo equivalente a fase de discussão dos principais resultados, realizando comparação com o conhecimento teórico, a identificação de conclusões e implicações resultantes da revisão integrativa. E a sexta e última etapa foi à apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

## RESULTADOS

Na realização do cruzamento: “Saúde Sexual” AND “Saúde Reprodutiva” AND “Mulheres” AND “Prisões” obteve-se como resultado: 09 estudos na BVS e 13 na Pubmed.

Após as buscas iniciais, os artigos em duplicata foram excluídos. Na BVS três (03) artigos foram excluídos pelo ano de publicação, um (01) artigo excluído por ser de revisão integrativa, um (01) artigo excluído por ser de relato de experiência, ficando quatro (04) artigos para as etapas seguintes. Na Pubmed, foram encontrados três (03) novos artigos para esta pesquisa, seis (06) excluídos pelo ano de publicação, dois (02) por estar presentes na pesquisa da BVS, um (01) por estar indisponível na íntegra e um (01) por falta de aderência à temática abordada.

Também foi feita a busca direta sem realização de cruzamento utilizando “Saúde sexual e reprodutiva de mulheres privadas de liberdade” obteve-se como resultado: nove (09) artigos, sendo quatro (04) excluídos por repetição e três (03) excluídos pelo ano de publicação e dois (02) novos artigos incluídos no trabalho. A Figura 01 apresenta o fluxograma das etapas desenvolvidas na busca dos artigos.

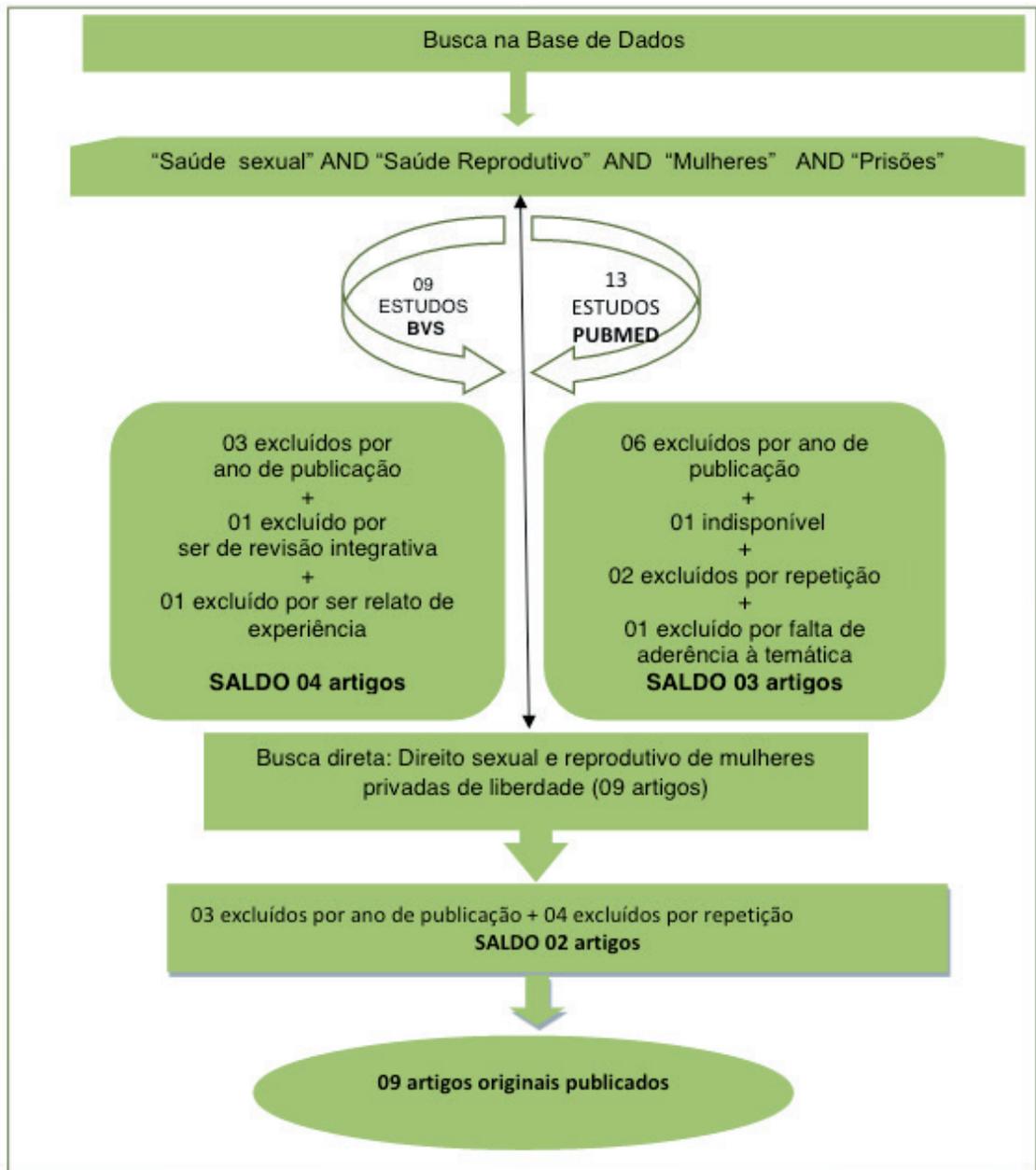


Figura 01. Fluxograma de seleção dos estudos. Feira de Santana (BA), Brasil, 2018.

O estudo identificou nove (09) artigos originais, publicados nos últimos cinco anos, entre 2013 a 2018, que trataram da Saúde Sexual e Reprodutiva das mulheres em prisões.

A Figura 02 apresenta-se a descrição dos artigos selecionados no tocante aos seguintes aspectos: Títulos do artigo; Autores; Ano; Base/Periódico/Ano e Local/ País.

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Base/Periódico/Ano</b>	<b>País</b>
<b>Perfil Sexual de presidiárias</b>	Barros, M. A. R.; Nascimento, M. L. e; Galiza, D. D. F. de	2017	Revista de Enfermagem UFPE On Line	BRA
<b>Situação socioeconômica e reprodutiva de mulheres presidiárias</b>	Barros, M. A. R.; Cavalcanti, S. D. C.; Galiza, D. D. F. de; Machado, A. L. G.	2016	Revista Fundam. care. online	BRA
<b>Relação dos condicionantes socioeconômicos, sexuais e reprodutivos quanto ao uso de método contraceptivo de presidiárias.</b>	Barros, M. A. R.; Penha, J. C. da; Galiza, D. D. F. de	2016	Revista de Enfermagem UFPE On Line	BRA
<b>Gênero no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres privadas de liberdade</b>	Costa, L. H. R. ; Alves, J. P.; Fonseca, C. E. P.; Costa, F. M.; Fonseca, F. F.	2016	Enfermeria Global	BRA
<b>Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade</b>	Diwana, V.; Ventura, M.; Simas, L.; Larouzé, B.; Correa, M.	2016	Cien Saude Colet	BRA
<b>Health issues of incarcerated women in the United States/ A questão da saúde nas mulheres encarceradas nos Estados Unidos</b>	Mignon, S.	2016	Ciência & Saúde Coletiva	EUA
<b>The Development of a Brief Jail-Based Cervical Health Promotion Intervention</b>	Ramaswamy, M.; Simmons, R.; Kelly, P. J.	2015	Health Promot Pract.	EUA
<b>Highly Effective Birth Control Use Before and After Women's Incarceration</b>	Ramaswamy, M. ; Chen, H-F; Karen, L. C. ; Clarke, J. G.; Kelly, P. J.	2015	JOURNAL OF WOMEN'S HEALTH	EUA
<b>Factors associated with sterilization use among women leaving a U.S. jail: a mixed methods study</b>	Ramaswamy, M.; Kelly, P. J.	2014	Public Health	EUA

Figura 02. Síntese dos estudos. Feira de Santana (BA), Brasil, 2018.

## DISCUSSÃO

A saúde sexual e reprodutiva é uma prioridade na atenção básica, com o objetivo de respeitar esses direitos aos indivíduos através da realização do Planejamento Familiar efetivo e de qualidade, com a disponibilização de informações e o acompanhamento contínuo do indivíduo durante a sua vida sexual e reprodutiva

(BRASIL, 2011). Através da implantação do PNAISP, o MS passou a assegurar a inclusão da população privada de liberdade no SUS, para possibilitar saúde integral e de qualidade, reforçando os direitos fundamentais de todos os seres humanos inerentes à sua cidadania (BARROS; NASCIMENTO; GALIZA, 2017).

Segundo Mignon (2016), as mulheres privadas de liberdade têm necessidades de saúde diferentes dos homens, e as questões reprodutivas das mulheres fazem com que a prestação de cuidado seja mais complexa para as mulheres do que para os homens. Os serviços relacionados à menstruação, gravidez, parto, amamentação e menopausa no sistema prisional é um desafio adicional. E apesar do aumento dramático no número de mulheres encarceradas, suas necessidades de cuidados de saúde específicas de gênero permanecem amplamente negligenciadas.

O ambiente prisional oferece riscos, pois a heterogeneidade dos indivíduos confinados proporciona maior exposição ao risco físico, psicológico e a transmissão de doenças infecciosas. Neste sentido, as características biológicas da mulher as tornam suscetíveis as Infecções Sexualmente Transmissíveis/Vírus da Imunodeficiência Humana (IST/HIV), deixando-as mais vulneráveis que os homens (BARROS; PENHA; GALIZA, 2016). Além disso, os companheiros sexuais apresentam fatores de risco que aumentam a vulnerabilidade das presidiárias.

Ao analisar a idade da primeira relação sexual da mulher privada de liberdade, mostrou-se amplamente precoce, iniciando a vida sexual entre 13-15 anos. O início imaturo da sexualidade significa que as ações de planejamento familiar e promoção da saúde sexual e reprodutiva devem contemplar de forma intensiva desde a adolescência, pois esta fase é marcada por muitas transformações e experiências intrínsecas em relação à história ginecológica e obstétrica dessas jovens (BARROS; NASCIMENTO; GALIZA, 2017). Desta forma, a promoção da saúde o mais cedo possível, irá ajudar a prevenir vários riscos como as IST e a gravidez indesejada, tanto no ambiente prisional quanto após a liberdade destas mulheres (RAMASWAMY; KELLY, 2014; RAMASWAMY et al., 2015).

Em um estudo no estado de Minas Gerais com mulheres privadas de liberdade nos Presídios de Pirapora e Montes Claros, delineiam que a maior parte das mulheres encarceradas realizavam exames de rotina regularmente na instituição prisional, porém, menos da metade delas se preveniam contra as IST/HIV, sendo um dado preocupante visto que esta é uma população vulnerável. Isso pode ser explicado pela falta de orientações a respeito da sexualidade que essas mulheres possuem, onde recebem o mínimo de explicação sobre esta temática, tanto nas consultas individuais quanto nas coletivas em momentos de orientação à saúde (COSTA et al., 2016).

Nos estudos de duas penitenciárias piauienses foram identificados que apenas 59,6% das participantes do estudo afirmaram fazer uso de algum contraceptivo.

Ademais, as mulheres com mais idade apresentaram maiores percentagens em relação ao uso de algum método. Podendo estar relacionados a um maior conhecimento pessoal que geraram a sensibilidade dessas mulheres. Assim, observa-se a importância durante as consultas no sistema prisional, o profissional de saúde destaque a prevenção nas relações sexuais, principalmente do uso do preservativo na prevenção de IST e gravidez indesejada, podendo ajudar na escolha de métodos adequados ao seu comportamento sexual e as suas condições de saúde (BARROS; NASCIMENTO; GALIZA, 2017).

Para Ramaswamy, Simmons e Kelly (2015) um dos principais fatores que interferem na escolha da esterilização como método definitivo pelas mulheres encarceradas são as experiências de relacionamentos interpessoais, práticas negativas aos anticoncepcionais orais e injetáveis, fortes restrições estruturais, como as preocupações financeiras, pressão das mulheres da própria família para limitar a gravidez e o envolvimento contínuo com a justiça criminal. Esta situação pode ser amenizada com a melhoria ao acesso a serviços contraceptivos, através de boa e efetiva educação em serviço.

Outro direito que a pessoa privada de liberdade possui é a visita íntima. É um direito constitucional garantido pela LEP (1984), onde informa que a sexualidade é uma dimensão da vida de todas as pessoas, sendo um fator de grande influência na consolidação dos arranjos afetivos das mulheres em situação de cárcere. Esta lei assegura a mulher privada de liberdade o direito receber visita do marido, parentes e amigos pelo menos uma vez por mês (BRASIL, 2014b; COSTA et al., 2016).

Na prisão, o exercício do direito a manter um relacionamento afetivo sexual com o (a) companheiro (a) por meio da visita íntima está atravessado tanto pelas normas sociais e valores morais relativos a as diferenças de gênero no exercício da sexualidade e à reprodução quanto por regulamentos prisionais (DIUANA et al., 2016). Contudo, as mulheres privadas de liberdade encontram diversos empecilhos para o exercício do seu direito à atividade sexual, seja por questões de gênero e/ou por falta de espaço físico e de estrutura dos estabelecimentos prisionais, a visita íntima acaba sendo vetada ou é realizada em condições inapropriadas.

Muitas mulheres são abandonadas pelo companheiro, resultante das desigualdades de gênero presentes na sociedade. Além de existir outros fatores que dificultam o acesso a este direito como: a visita do (a) companheiro (a) ao entrar na unidade, as precárias condições dos espaços destinados aos encontros íntimos, limitação da frequência e duração dos encontros, necessidade de comprovação de vínculo conjugal anterior à prisão, exigência de exames médicos para o casal e dificuldades impostas, ou mesmo a proibição, para a visita íntima entre presos (DIUANA et al., 2016).

Outra situação comum, referida por Costa et al (2016), é a proibição de

visita íntima com parceiras do mesmo sexo biológico. Situação estas que muitas vezes são iniciadas dentro da própria prisão, por questões burocráticas, ausência e/ou abandono familiar e carência afetiva. Como esse direito não é assegurado dentro do sistema prisional, a prática é exercida de maneira não regulamentada e desprotegida.

Neste mesmo contexto, Barros et al (2016) relata o fato de muitas mulheres no ambiente prisional, serem solteiras e não terem parceiros estáveis, o que pode aumentar a vulnerabilidade as IST/HIV, a realização de abortos, entre outros, por isso há necessidade de trabalhar educação em saúde, e que haja o enfoque dessa temática envolvendo formas de evitar, prevenir e tratar, e, com isso, favorecer a promoção da saúde.

Pelo PNSSP, o MS assegura para população privada de liberdade no Sistema Único de Saúde a realização de pré-natal, controle do câncer cérvico-uterino e de mama, garantindo assim o que é previsto na Constituição Federal de que a saúde é um direito fundamental de todo e qualquer ser humano e dever do Estado (BRASIL, 2004).

No período gestacional, ocorrem várias alterações fisiológicas, assim as detentas grávidas precisam da realização do pré-natal adequado para garantir a sua saúde e a do bebê durante toda a gravidez. Pois, se a assistência fica comprometida para as mulheres privadas de liberdade, pode aumentar a probabilidade de riscos e desfechos desfavoráveis, por estarem vulneráveis à aquisição de patologias que podem afetar mãe e filho (BARROS; PENHA GALIZA, 2016).

Ao analisar acerca da saúde reprodutiva, uma grande parcela das presidiárias não tiveram acesso ao pré-natal e as que realizaram consultas, participaram de menos de seis (6) consultas, sendo fora dos padrões recomendados pelo MS, o que aumenta as chances dessas mulheres terem complicações, como o aborto (BARROS et al., 2016).

Ao investigar a situação do pré-natal, Diuana et al (2016) expõe que maioria das mulheres não tinha iniciado o acompanhamento pré-natal quando foi presa ou estavam tendo atendimento de forma irregular. Muitas presidiárias relataram dificuldade de acesso, relacionados a fatores relacionados à extrema pobreza, uso abusivo de drogas e envolvimento as práticas ilegais, vínculos afetivos frágeis e a gravidez não desejada.

O ambiente Prisional, também possuem dificuldades de acesso, como falta de profissionais disponíveis para o atendimento fora dos horários de rotina. E a ida ao serviço de saúde extramuros gera situações de intenso sofrimento físico e moral pelo transporte em camburão, algemadas e pela humilhação na chegada à unidade de saúde, onde muitas sentem discriminadas pelo pessoal da saúde e por usuários, que se afastavam demonstrando medo e recriminação (DIUANA et al., 2016) .

Outro fator relevante é a tensão e insegurança quanto ao parto que é intensificado pela certeza de estarem sozinhas nesta hora, já que não há permissão para a família e/ou companheiro estarem presentes, apesar da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina aos serviços de saúde do SUS permitirem a presença de acompanhante junto à parturiente durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto imediato (BRASIL, 1990).

## CONCLUSÃO

A execução dos direitos sexuais e reprodutivos tem sido um desafio e encontra muitas dificuldades principalmente para as mulheres privadas de liberdade. É necessário um maior planejamento e implementação de ações estratégicas direcionadas a esse grupo. A precocidade da ocorrência da primeira relação sexual, o uso de drogas lícitas e ilícitas, a homo/bissexualidade entre as detentas, desconhecimento sobre as IST/HIV, problemas na garantia do consentimento à visita íntima e dificuldades no acesso ao serviço de ginecologia/ pré-natal e a separação da mãe e do bebê constituem ainda um grande problema, principalmente por não terem seus direitos respeitados.

Assim, mesmo sabendo que a simples existência de leis não representa sua efetivação, o recurso à linguagem jurídica dos direitos permanece estratégico nas lutas pela transformação das situações de vida das mulheres na prisão na medida em que implica em obrigações do Estado na realização de políticas públicas para sua efetivação.

Isso reforça ainda mais a necessidade de medidas preventivas, e de promoção à saúde como ações de educação principalmente relacionadas à saúde sexual e reprodutiva que visem transformar a realidade dessa população vulnerável por parte dos gestores e profissionais de saúde, comprometidos com os princípios da acessibilidade, integralidade, resolubilidade e humanização da assistência à saúde, com o objetivo de gerar mudança de comportamento e a promoção do autocuidado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. C. et al. **Condição de Saúde de Mulheres Privadas de Liberdade**: Uma Revisão Integrativa. Revista Brasileira de Ciências da Saúde [Internet]. v.19, n. 1, p. 73-80, 2015. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/23890/15053>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BASTOS, P. R. da S. **Criminalidade feminina**: estudo do perfil da população carcerária feminina da Penitenciária Professor Ariosvaldo de Campos Pires – Juiz de Fora (MG)/2009. Rio Grande. Revista Âmbito Jurídico [Internet]. v. 8,Out., 2010. Disponível em:<[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8444](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8444)>. Acesso em: 2 set. 2019.

BARROS, M. A. R. et al. **Situação socioeconômica e reprodutiva de mulheres presidiárias.** Revista Fundam care online [Internet]. 8(4):4980-4985, Out./Dez., 2016. Available from: <<http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i4.4980-4985>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BARROS, M. A. R.; PENHA, J. C. da, GALIZA, D. D. F de. **Relação dos condicionantes socioeconômicos, sexuais e reprodutivos quanto ao uso de métodos contraceptivos de presidiárias.** Revista de Enfermagem UFPE On Line [internet]. v. 10, n. 12, p. 4599-605, dez., 2016. Disponível em:< <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BARROS, M. A. R.; NASCIMENTO, M. L. E.; GALIZA, D. D. F de. **Perfil Sexual de Presidiárias.** Revista de Enfermagem UFPE On Line [internet]. Recife. v. 11, n. 10, p. 3830-5, Out., 2017. Disponível em:< <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/13382/24304>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BISPO, T. C. F. et al. **Saúde sexual e reprodutiva no contexto da prisão** - vivências de presidiárias de Salvador-Ba. Revista Enfermagem Contemporânea [Internet]. v. 4, n. 2, p. 109-120, Jul./Dez., 2015. Disponível em: < <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/747/539>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Lei 8.008**, de 19 de setembro de 1990. Regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em : >[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm)>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Plano nacional de saúde no sistema penitenciário.** Brasília, 2004. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha\\_pnssp.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Lei 11.942**, de 28 de maio de 2009. Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11942-28-maio-2009-588524-publicacaooriginal-113114-pl.html>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1**, de 2 de Janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF; 2014 b. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001\\_02\\_01\\_2014.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html)>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 718**. Regulamenta a visita íntima no interior das penitenciárias federais, 2017. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/ministerio-da-justica-regulamenta-visita-intima-nas-penitenciarias-federais>>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes.** 1. ed., 2. reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 82 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_mulher\\_principios\\_diretrizes.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Atenção à saúde das pessoas privadas de liberdade.** Políticas públicas e atenção à saúde das pessoas privadas de liberdade [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 63 p., 2014 a. Disponível em: <<https://unasus.ufsc.br/saudeprisional/files/2018/06/Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Sa%C3%BAde-das-Pessoas-Privadas-de-Liberdade.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

COSTA L. H. R. et al. **Gênero no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres privadas de liberdade.** Enfermeira Global (Revista eletrônica Trimestral de Enfermagem). v. 43, p. 151-163, Jul. 2016. Disponível em: <[http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v15n43/pt\\_docencia1.pdf](http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v15n43/pt_docencia1.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2019.

DIJANA, V. et al. **Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade.** Ciência & Saúde Coletiva [Internet]. v. 21, n.7, p. 2041-2050, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n7/1413-8123-csc-21-07-2041.pdf>>.

Acesso em: 2 set. 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. **Revisão integrativa**: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enfermagem [Internet]. Florianópolis. v.17, n.4, p. 758-64, Out./Dez., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

MIGNON, S. **A questão da saúde nas mulheres encarceradas nos Estados Unidos**. Ciência & Saúde Coletiva [Internet]. v. 21, n. 7, p. 2051-2059, 2016. Disponível em:< <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-questao-da-saude-nas-mulheres-encarceradas-nos-estados-unidos/15595?id=15595>>. Acesso em: 2 set. 2019.

OLIVEIRA, L. V.; MIRANDA, F. A. N. de, COSTA, G. M. C. **Vivência da maternidade para presidiárias**. Rev. Eletr. Enf [Internet]. v.17, n.2, p. 360-9. Abr./Jun., 2015. Disponível em: < <https://www.fen.ufg.br/revista/v17/n2/pdf/v17n2a20.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

RODRIGUES, V. I. et al. **Gênero e Privação de liberdade: as condições de vida das mulheres na prisão**. Revista de Iniciação Científica da ULBRA [Internet]. v.10, 2012. Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1376656056\\_G%C3%8ANERO%20E%20PRIVA%C3%87%C3%83O%20DE%20LIBERDADE%20AS%20CONDI%C3%87%C3%95ES%20DE%20VIDA%20DAS%20MULHERES%20NA%20PRIS%C3%83O.pdf](http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1376656056_G%C3%8ANERO%20E%20PRIVA%C3%87%C3%83O%20DE%20LIBERDADE%20AS%20CONDI%C3%87%C3%95ES%20DE%20VIDA%20DAS%20MULHERES%20NA%20PRIS%C3%83O.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2019.

RAMASWAMY, M.; KELLY, P. J. **Factors associated with sterilization use among women leaving a U.S. jail: a mixed methods study**. Public Health [Internet]. v. 31, n. 14, p. 773, Jul., 2014. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25080032>>. Acesso em: 2 set. 2019.

RAMASWAMY, M. et al. **Highly Effective Birth Control Use Before and After Women's Incarceration**. Journal of women's health [Internet]. v. 24, n. 6, p. 530-539, Jun. 2015. Disponível em:< <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4490746/pdf/jwh.2014.4942.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

RAMASWAMY, M.; SIMMONS, R., KELLY, P. J. **The Development of a Brief Jail-Based Cervical Health Promotion Intervention**. Health Promot Pract [Internet] . v. 16, n. 3, p: 432–442, May., 2015. Disponível em:< <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4306642/pdf/nihms656129.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

SANTOS, M. V. et al. **Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do estado do Rio de Janeiro**. Texto Contexto Enferm [Internet]. v. 26, n. 2, 2017. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n7/1413-8123-csc-21-07-2041.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

VALENTE, D. L.; HADLER, O. H.; COSTA, L. B. **Por uma clínica cartográfica: a experiência da maternidade em mulheres em privação de liberdade**. Revista de Psicologia da IMED [Internet]. v. 4, n. 2, p. 681-691, 2012 . Disponível em: < <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/162>>. Acesso em: 2 set. 2019.

## SOBRE O ORGANIZADOR

**BENEDITO RODRIGUES DA SILVA NETO** - Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2005), com especialização na modalidade médica em Análises Clínicas e Microbiologia (Universidade Candido Mendes - RJ). Em 2006 se especializou em Educação no Instituto Araguaia de Pós graduação Pesquisa e Extensão. Obteve seu Mestrado em Biologia Celular e Molecular pelo Instituto de Ciências Biológicas (2009) e o Doutorado em Medicina Tropical e Saúde Pública pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (2013) da Universidade Federal de Goiás. Pós-Doutorado em Genética Molecular com concentração em Proteômica e Bioinformática (2014). O segundo Pós doutoramento foi realizado pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Aplicadas a Produtos para a Saúde da Universidade Estadual de Goiás (2015), trabalhando com o projeto Análise Global da Genômica Funcional do Fungo *Trichoderma Harzianum* e período de aperfeiçoamento no Institute of Transfusion Medicine at the Hospital Universitätsklinikum Essen, Germany. Seu terceiro Pós-Doutorado foi concluído em 2018 na linha de bioinformática aplicada à descoberta de novos agentes antifúngicos para fungos patogênicos de interesse médico. Palestrante internacional com experiência nas áreas de Genética e Biologia Molecular aplicada à Microbiologia, atuando principalmente com os seguintes temas: Micologia Médica, Biotecnologia, Bioinformática Estrutural e Funcional, Proteômica, Bioquímica, interação Patógeno-Hospedeiro. Sócio fundador da Sociedade Brasileira de Ciências aplicadas à Saúde (SBCSaúde) onde exerce o cargo de Diretor Executivo, e idealizador do projeto “Congresso Nacional Multidisciplinar da Saúde” (CoNMSaúde) realizado anualmente, desde 2016, no centro-oeste do país. Atua como Pesquisador consultor da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG. Atuou como Professor Doutor de Tutoria e Habilidades Profissionais da Faculdade de Medicina Alfredo Nasser (FAMED-UNIFAN); Microbiologia, Biotecnologia, Fisiologia Humana, Biologia Celular, Biologia Molecular, Micologia e Bacteriologia nos cursos de Biomedicina, Fisioterapia e Enfermagem na Sociedade Goiana de Educação e Cultura (Faculdade Padrão). Professor substituto de Microbiologia/Micologia junto ao Departamento de Microbiologia, Parasitologia, Imunologia e Patologia do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) da Universidade Federal de Goiás. Coordenador do curso de Especialização em Medicina Genômica e Coordenador do curso de Biotecnologia e Inovações em Saúde no Instituto Nacional de Cursos. Atualmente o autor tem se dedicado à medicina tropical desenvolvendo estudos na área da micologia médica com publicações relevantes em periódicos nacionais e internacionais. Contato: dr.neto@ufg.br ou neto@doctor.com

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

AIDS 4, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 64, 70, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180  
Aleitamento Materno 39, 41, 137, 138, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 150  
Antibacterianos 119  
Atendimento Especializado 1, 2, 3

### C

Coinfecção 86, 89, 175  
Coliformes 181, 182, 183, 184, 185, 186  
Costumes 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 32  
Cultura de sangue 102

### D

Deficiência nutricional 80, 81  
Diagnóstico 1, 3, 7, 15, 22, 23, 36, 50, 52, 59, 66, 82, 98, 101, 103, 112, 116, 142, 146, 148, 155, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 176  
Doenças Oportunistas 44, 45, 46, 47, 169, 176

### E

Ensino-Aprendizagem 81  
Enteroparasitos 80, 81  
Enteropatias Parasitárias 25  
Epidemiologia 23, 25, 33, 34, 50, 59, 61, 92, 94, 95, 97, 157, 168, 170, 172, 173  
Epilepsia infantil 113

### F

Fatores da transmissão vertical do HIV 37  
Fatores de risco 25, 66, 82, 116, 131, 160, 176, 177, 179

### H

Hepatite C 1, 2, 3, 4, 45  
Hepatite E 50, 153  
Hepatites Virais 1, 2, 3, 4, 149, 178  
HIV 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 58, 62, 64, 70, 71, 73, 75, 131, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180  
HPV 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

## I

Idoso 44, 48, 61, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Incidência 5, 8, 16, 18, 20, 21, 22, 26, 93, 97, 112, 114, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 166, 168, 171, 172, 175, 176, 180

## M

Micoses superficiais 16, 17, 18, 21, 23

Microbiologia 12, 111, 112, 151, 181, 183, 187, 188

Microcefalia 163, 164, 165, 166

Mulheres 37, 38, 40, 41, 58, 60, 62, 64, 69, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 158, 159, 160, 169, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180

## P

Pneumonia de repetição 113, 116

Prevenção da transmissão vertical do HIV 37

Prevenção e controle 7, 8, 10, 14, 69, 120, 123

Prisões 124, 125, 128, 129

Protocolos 7, 13, 119, 147

## S

Sarampo 92, 93, 94, 98, 99, 100

Saúde Reprodutiva 125, 128, 133, 157, 161, 176

Saúde sexual 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 168, 171, 172

Sentimentos 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 160

Sepse 101, 102, 103, 106, 108, 112, 116

Serviços de Assistência Domiciliar 119

Sexualidade 125, 131, 132, 160, 168, 169, 170, 171, 173

Sífilis congênita 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162

Síndrome congênita 163, 164, 165, 166

Síndrome da Hipoventilação do Obeso 113

Síndrome da Imunodeficiência Adquirida 37, 38, 48, 140, 168, 169, 170, 175

Síndrome de Lennox-Gastaut 113, 114, 115

Sucos 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

## T

Terapia Antirretroviral 43, 44, 46, 48, 49, 149

Teste de sensibilidade aos antimicrobianos 102, 108

Transmissão 11, 25, 26, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 50, 52, 54, 56, 57, 59, 60, 62, 66, 68, 85, 93, 97, 115, 131, 139, 141, 142, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 172, 178, 182, 185

transmissão vertical de doença infecciosa 152, 155

Transmissão vertical do HIV 37, 38

## V

Vacinação 66, 68, 93, 98, 99, 174, 175, 176, 177, 180

## Z

Zika 163, 164, 165, 166, 167

